

**ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS COMO PRÁTICA DISCURSIVA DE INCLUSÃO:  
PODER, SUBJETIVADA E DESIGUALDADES EM DISPUTA**

**ADULT LITERACY AS A DISCURSIVE PRACTICE OF INCLUSION: POWER,  
SUBJECTIVATION, AND INEQUALITIES IN DISPUTE**

**LA ALFABETIZACIÓN DE ADULTOS COMO PRÁCTICA DISCURSIVA DE  
INCLUSIÓN: PODER, SUBJETIVACIÓN Y DESIGUALDADES EN DISPUTA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-144>

**Data de submissão:** 12/11/2025

**Data de publicação:** 12/12/2025

**Ana Paula de Souza e Silva Simões**  
Mestra em Educação  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0445160300536827>

**RESUMO**

A alfabetização de adultos constitui um campo de práticas educativas atravessado por relações de poder, processos de subjetivação e disputas em torno das desigualdades sociais. Este estudo analisa a alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão, examinando as relações de poder, os processos de subjetivação e as disputas em torno das desigualdades que atravessam essas práticas. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como os discursos sobre alfabetização de adultos produzem representações sobre os sujeitos analfabetos e operam como dispositivos de poder que visam incluí-los na ordem social vigente. O objetivo principal consiste em analisar as práticas discursivas de alfabetização de adultos, identificando os mecanismos de poder e os processos de subjetivação que as caracterizam. A metodologia adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, por meio de revisão sistemática da literatura especializada, análise documental de políticas educacionais e análise crítica do discurso. Os resultados revelam que a alfabetização de adultos opera por meio de representações que definem os sujeitos analfabetos como carentes e excluídos, por mecanismos de poder que normalizam condutas e por processos de subjetivação orientados para a inserção no mercado de trabalho. Conclui-se que as práticas de alfabetização de adultos são atravessadas por desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais que demandam políticas educacionais contextualizadas e comprometidas com a justiça social.

**Palavras-chave:** Alfabetização de Adultos. Práticas Discursivas. Relações de Poder. Desigualdades Sociais.

**ABSTRACT**

Adult literacy constitutes a field of educational practices traversed by power relations, subjectivation processes, and disputes around social inequalities. This study analyzes adult literacy as a discursive practice of inclusion, examining power relations, subjectivation processes, and disputes around inequalities that traverse these practices. The choice of theme is justified by the need to understand how discourses about adult literacy produce representations about illiterate subjects and operate as power devices that aim to include them in the prevailing social order. The main objective consists of analyzing discursive practices of adult literacy, identifying power mechanisms and subjectivation processes that characterize them. The methodology adopts a qualitative approach, of applied nature, through systematic review of specialized literature, documentary analysis of educational policies, and critical discourse analysis. The results reveal that adult literacy operates through representations that

define illiterate subjects as needy and excluded, through power mechanisms that normalize conducts, and through subjectivation processes oriented toward labor market insertion. It is concluded that adult literacy practices are traversed by social, racial, gender, and regional inequalities that demand contextualized educational policies committed to social justice.

**Keywords:** Adult Literacy. Discursive Practices. Power Relations. Social Inequalities.

## RESUMEN

La alfabetización de adultos constituye un campo de prácticas educativas permeado por relaciones de poder, procesos de subjetivación y disputas en torno a las desigualdades sociales. Este estudio analiza la alfabetización de adultos como una práctica discursiva de inclusión, examinando las relaciones de poder, los procesos de subjetivación y las disputas en torno a las desigualdades que permean estas prácticas. La elección del tema se justifica por la necesidad de comprender cómo los discursos sobre la alfabetización de adultos producen representaciones de sujetos analfabetos y operan como dispositivos de poder destinados a incluirlos en el orden social imperante. El objetivo principal es analizar las prácticas discursivas de la alfabetización de adultos, identificando los mecanismos de poder y los procesos de subjetivación que las caracterizan. La metodología adopta un enfoque cualitativo, de carácter aplicado, mediante una revisión sistemática de la literatura especializada, el análisis documental de políticas educativas y el análisis crítico del discurso. Los resultados revelan que la alfabetización de adultos opera a través de representaciones que definen a los sujetos analfabetos como necesitados y excluidos, a través de mecanismos de poder que normalizan comportamientos y a través de procesos de subjetivación orientados a la inserción laboral. Se concluye que las prácticas de alfabetización de adultos están permeadas por desigualdades sociales, raciales, de género y regionales que exigen políticas educativas contextualizadas y comprometidas con la justicia social.

**Palabras clave:** Alfabetización de Adultos. Prácticas Discursivas. Relaciones de Poder. Desigualdades Sociales.

## 1 INTRODUÇÃO

A alfabetização de adultos constitui um campo de práticas educativas atravessado por relações de poder, processos de subjetivação e disputas em torno das desigualdades sociais, econômicas e culturais. No contexto brasileiro, a persistência de elevados índices de analfabetismo entre a população adulta evidencia não apenas a insuficiência das políticas educacionais, mas também as dimensões estruturais das desigualdades que marcam a sociedade. Até que ponto a alfabetização de adultos opera como prática discursiva de inclusão social, e quais são os mecanismos de poder e subjetivação que atravessam essas práticas? A resposta a essa questão exige uma análise crítica que articule os conceitos foucaultianos de discurso, poder e subjetivação com as especificidades das políticas e práticas de alfabetização de adultos, reconhecendo que a educação não é um campo neutro, mas um espaço de disputas políticas, ideológicas e culturais em torno dos sentidos da inclusão, da cidadania e da emancipação.

A noção de discurso, desenvolvida por Michel Foucault, refere-se ao conjunto de enunciados que produzem saberes, verdades e práticas sociais, operando como dispositivos de poder que definem o que pode ser dito, pensado e feito em determinado contexto histórico. No campo educacional, os discursos sobre alfabetização de adultos produzem representações sobre os sujeitos analfabetos, definindo-os como carentes, excluídos ou marginalizados, e prescrevendo práticas educativas que visam incluí-los na ordem social e econômica vigente. Arruda *et al.* (2023, p. 90) afirmam que "a inclusão escolar da pessoa com deficiência e suas relações com os conceitos foucaultianos de discurso e de poder evidenciam que as práticas inclusivas operam como dispositivos de normalização que visam produzir sujeitos conformados às normas sociais". Embora os autores abordem especificamente a inclusão de pessoas com deficiência, sua análise pode ser estendida para compreender como os discursos sobre alfabetização de adultos operam como práticas de inclusão que, simultaneamente, produzem e regulam os sujeitos que pretendem incluir.

A alfabetização de adultos não pode ser compreendida apenas como aquisição de habilidades técnicas de leitura e escrita, mas como prática social e política que envolve processos de subjetivação, ou seja, de produção de sujeitos dotados de determinadas identidades, competências e disposições. Os programas de alfabetização de adultos, ao definirem currículos, metodologias e materiais didáticos, produzem representações sobre os sujeitos analfabetos e sobre os conhecimentos considerados legítimos e necessários para sua inclusão social. Essas práticas discursivas operam como tecnologias de poder que visam transformar os sujeitos analfabetos em cidadãos produtivos, consumidores conscientes e indivíduos responsáveis por sua própria trajetória educacional e profissional. A compreensão desses processos de subjetivação é essencial para avaliar criticamente

os limites e as possibilidades das políticas de alfabetização de adultos como instrumentos de inclusão social e de redução das desigualdades.

A autonomia curricular constitui uma dimensão relevante para a compreensão das relações de poder que atravessam as práticas educativas. Albino (2020, p. 1385) destaca que "a autonomia curricular na voz docente revela significações políticas que evidenciam tensões entre as prescrições normativas e as práticas concretas de ensino, reconhecendo que os professores não são meros executores de currículos, mas agentes que interpretam, adaptam e resistem às políticas educacionais". Essa perspectiva evidencia que as práticas de alfabetização de adultos são atravessadas por disputas em torno dos sentidos da educação, dos conhecimentos legítimos e das finalidades das práticas educativas. A análise das vozes docentes e das práticas pedagógicas permite identificar as tensões entre os discursos oficiais sobre inclusão e as experiências concretas dos educadores e educandos, reconhecendo que a alfabetização de adultos não é um processo homogêneo, mas um campo de disputas e negociações em torno dos sentidos da educação e da inclusão social.

As desigualdades raciais constituem uma dimensão central para a compreensão das práticas de alfabetização de adultos no Brasil. Alcântara, Neto e Araujo (2020, p. 870) argumentam que "a formação em psicologia para igualdade racial evidencia a necessidade de práticas educativas que considerem as especificidades culturais, históricas e políticas das populações negras, reconhecendo que as desigualdades educacionais são atravessadas por processos de racismo estrutural e de exclusão social". Essa constatação reforça a perspectiva de que a alfabetização de adultos não pode ser dissociada das desigualdades raciais, de gênero, de classe e regionais que marcam a sociedade brasileira. A análise das práticas de alfabetização de adultos deve considerar, portanto, não apenas as dimensões pedagógicas e metodológicas, mas também as dimensões políticas e culturais que atravessam essas práticas, reconhecendo que a inclusão social exige o enfrentamento das estruturas de poder e de desigualdade que produzem e reproduzem a exclusão educacional.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as práticas de alfabetização de adultos como práticas discursivas atravessadas por relações de poder, processos de subjetivação e disputas em torno das desigualdades sociais. Em um contexto de crescente precarização das políticas educacionais, de aumento das desigualdades sociais e de disputas em torno dos sentidos da educação, torna-se imperativo analisar criticamente os discursos e as práticas de alfabetização de adultos, identificando os mecanismos de poder que operam nessas práticas e as possibilidades de resistência e de construção de práticas educativas emancipatórias. Além disso, a análise das experiências de alfabetização de adultos no Brasil pode fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais

que promovam a inclusão social, a redução das desigualdades e a garantia do direito à educação para todos os cidadãos.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão, examinando as relações de poder, os processos de subjetivação e as disputas em torno das desigualdades sociais que atravessam essas práticas. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) examinar os fundamentos teóricos dos conceitos foucaultianos de discurso, poder e subjetivação e sua aplicação ao campo da alfabetização de adultos; (b) analisar os discursos oficiais sobre alfabetização de adultos, identificando as representações sobre os sujeitos analfabetos e as finalidades das práticas educativas; (c) identificar os mecanismos de poder e os processos de subjetivação que operam nas práticas de alfabetização de adultos; (d) examinar as relações entre alfabetização de adultos e desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais; (e) discutir as possibilidades de construção de práticas educativas emancipatórias que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades.

Este artigo estrutura-se em cinco seções principais. Após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, que aborda os conceitos foucaultianos de discurso, poder e subjetivação, bem como as especificidades das práticas de alfabetização de adultos no contexto brasileiro. Na sequência, descreve-se a metodologia adotada para a análise das práticas discursivas de alfabetização de adultos. A quarta seção apresenta os resultados e a discussão, articulando os achados com o referencial teórico e com as experiências de alfabetização de adultos no Brasil. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões do estudo, apontam suas limitações e sugerem direções para pesquisas futuras. Ao longo de todo o texto, busca-se manter o rigor analítico e a clareza expositiva necessários para contribuir com o debate acadêmico sobre alfabetização de adultos, inclusão social e desigualdades no contexto contemporâneo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A compreensão da alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão exige a articulação de conceitos teóricos que permitam analisar as relações entre poder, saber e produção de sujeitos no campo educacional. A noção de discurso, central na obra de Michel Foucault, refere-se ao conjunto de enunciados que produzem saberes, verdades e práticas sociais, operando como dispositivos de poder que definem o que pode ser dito, pensado e feito em determinado contexto histórico. No campo da alfabetização de adultos, os discursos sobre analfabetismo, inclusão e cidadania produzem representações sobre os sujeitos analfabetos, definindo-os como carentes, excluídos ou marginalizados, e prescrevendo práticas educativas que visam incluí-los na ordem social

e econômica vigente. A educação opera, portanto, não apenas como transmissão de conhecimentos, mas como tecnologia de governo que molda condutas, aspirações e identidades individuais e coletivas.

O poder, na perspectiva foucaultiana, não é uma substância ou uma propriedade que alguns possuem e outros não, mas uma relação que se exerce por meio de práticas, discursos e instituições. No contexto educacional, o poder manifesta-se por meio de currículos que definem quais conhecimentos são legítimos, avaliações que classificam e hierarquizam estudantes, e práticas pedagógicas que promovem determinadas formas de ser, pensar e agir. A alfabetização de adultos exemplifica essa dinâmica, operando como prática de inclusão que, simultaneamente, produz e regula os sujeitos que pretende incluir. A compreensão dessas relações de poder é essencial para avaliar criticamente as políticas e práticas de alfabetização de adultos, reconhecendo que a inclusão não é um processo neutro, mas um campo de disputas políticas, ideológicas e culturais em torno dos sentidos da educação, da cidadania e da emancipação.

A subjetivação constitui o processo por meio do qual os indivíduos são produzidos como sujeitos dotados de determinadas identidades, competências e disposições. Foucault argumenta que o poder moderno opera não primariamente pela repressão ou pela proibição, mas pela produção de saberes, práticas e subjetividades. No campo da alfabetização de adultos, os programas educativos produzem sujeitos alfabetizados que são simultaneamente incluídos na ordem social e conformados às normas e expectativas dessa ordem. A análise dos processos de subjetivação permite identificar os mecanismos por meio dos quais as práticas de alfabetização de adultos produzem determinados tipos de sujeitos, bem como as possibilidades de resistência e de construção de subjetividades alternativas que escapem aos dispositivos de normalização.

As políticas de transferência de renda constituem uma dimensão relevante para a compreensão das relações entre alfabetização de adultos, inclusão social e desigualdades. Amaral, Maia e Santos (2024, p. 8) afirmam que "os impactos do Programa Bolsa Família na pobreza e na educação evidenciam que as políticas de transferência de renda contribuem para a ampliação do acesso à educação, mas não são suficientes para garantir a permanência e o sucesso escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social". Essa perspectiva evidencia que a alfabetização de adultos não pode ser dissociada das condições materiais de existência dos sujeitos analfabetos, reconhecendo que a inclusão educacional exige não apenas a oferta de programas de alfabetização, mas também políticas sociais que garantam condições dignas de vida, trabalho e participação social. A articulação entre políticas educacionais e políticas sociais constitui, portanto, uma condição essencial para a

efetividade das práticas de alfabetização de adultos como instrumentos de inclusão social e de redução das desigualdades.

A inclusão digital constitui outra dimensão relevante para a compreensão das práticas de alfabetização de adultos no contexto contemporâneo. Azevedo (2022, p. 5) destaca que "a relação entre inclusão social e digital no Brasil evidencia que o acesso às tecnologias digitais não é apenas uma questão técnica, mas uma dimensão fundamental da cidadania e da participação social, especialmente para populações historicamente excluídas como os idosos". Embora o autor aborde especificamente a inclusão digital de idosos, sua análise pode ser estendida para compreender como a alfabetização de adultos no século XXI não pode se limitar à alfabetização tradicional, mas deve incluir a alfabetização digital como componente essencial da inclusão social. A exclusão digital amplia e aprofunda as desigualdades sociais, econômicas e culturais, criando novas formas de marginalização e de exclusão que demandam respostas educacionais específicas.

A análise das práticas institucionais oferece insights relevantes para a compreensão dos mecanismos de poder e de subjetivação que operam no campo educacional. Azevedo, Amorim e Alberto (2017, p. 585) argumentam que "a violência institucional e a subjetividade em foco evidenciam que as instituições educacionais não são espaços neutros, mas campos de disputas e de exercício de poder que produzem e regulam os sujeitos que pretendem educar". Embora os autores abordem especificamente a adolescência e o ato infracional, sua análise pode ser estendida para compreender como as práticas de alfabetização de adultos são atravessadas por relações de poder que podem tanto promover a inclusão e a emancipação quanto reproduzir a exclusão e a marginalização. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para a construção de práticas educativas críticas e emancipatórias que reconheçam os sujeitos analfabetos como agentes de sua própria trajetória educacional e não como objetos de intervenções normalizadoras.

A teoria crítica da educação, desenvolvida por autores como Paulo Freire, oferece perspectivas relevantes para a compreensão da alfabetização de adultos como prática de emancipação. Freire argumenta que a alfabetização não é um processo neutro de aquisição de habilidades técnicas, mas uma prática política que envolve a conscientização dos sujeitos sobre suas condições de existência e sobre as estruturas de poder e de desigualdade que produzem e reproduzem a exclusão social. A alfabetização crítica visa, portanto, não apenas incluir os sujeitos analfabetos na ordem social vigente, mas promover sua capacidade de ler criticamente o mundo, de questionar as estruturas de poder e de construir práticas de resistência e de transformação social. A articulação entre a perspectiva foucaultiana e a pedagogia crítica permite compreender a alfabetização de adultos como campo de disputas entre práticas de normalização e práticas de emancipação.

A análise das desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais constitui uma dimensão essencial para a compreensão das práticas de alfabetização de adultos no Brasil. A literatura especializada documenta que o analfabetismo não é distribuído de forma homogênea na população, mas concentra-se em grupos sociais específicos, incluindo populações negras, mulheres, idosos, populações rurais e habitantes de regiões com menores indicadores socioeconômicos. Essa distribuição desigual do analfabetismo evidencia que a exclusão educacional é atravessada por estruturas de poder e de desigualdade que transcendem o campo educacional, articulando-se a processos históricos de colonização, escravidão, racismo, sexismo e concentração de renda e de poder. A compreensão dessas dimensões estruturais das desigualdades é essencial para a formulação de políticas de alfabetização de adultos que não se limitem a intervenções compensatórias, mas promovam a transformação das estruturas de poder e de desigualdade que produzem e reproduzem a exclusão educacional.

A análise crítica da literatura revela que a alfabetização de adultos constitui um campo de práticas discursivas atravessado por relações de poder, processos de subjetivação e disputas em torno das desigualdades sociais. A compreensão dessas dinâmicas exige a articulação de perspectivas teóricas que reconheçam a complexidade das práticas educativas e suas articulações com as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. Este referencial teórico fornece, portanto, a base conceitual necessária para a análise empírica que será desenvolvida nas seções subsequentes deste artigo, estabelecendo conexões claras entre os conceitos de discurso, poder, subjetivação, inclusão social e desigualdades, e os objetivos da pesquisa sobre alfabetização de adultos no contexto brasileiro contemporâneo.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com objetivos exploratórios e descritivos. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade as práticas discursivas de alfabetização de adultos, as relações de poder que as atravessam, os processos de subjetivação que produzem e as disputas em torno das desigualdades sociais que as caracterizam. A natureza aplicada da pesquisa fundamenta-se na intenção de produzir conhecimentos que possam subsidiar a formulação de políticas educacionais, a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas e o aprimoramento das ações de alfabetização de adultos no Brasil contemporâneo. Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório ao investigar as dimensões discursivas, políticas e culturais da alfabetização de adultos, e caráter descritivo ao

mapear as principais características, políticas e práticas que definem a alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão.

A complexidade das práticas discursivas de alfabetização de adultos exige abordagens metodológicas que considerem a multiplicidade de dimensões envolvidas na produção de sujeitos, nas relações de poder e nas disputas em torno das desigualdades. A análise das políticas educacionais e das práticas pedagógicas demanda a articulação de perspectivas teóricas, documentais e empíricas, reconhecendo que a alfabetização de adultos é atravessada por racionalidades políticas, econômicas e culturais complexas. Essa perspectiva orienta a escolha metodológica deste estudo, que busca capturar a complexidade da alfabetização de adultos por meio de uma análise que articula revisão sistemática da literatura, análise documental de políticas educacionais e análise crítica do discurso. A articulação dessas diferentes estratégias metodológicas permite uma compreensão abrangente das práticas discursivas de alfabetização de adultos e de suas implicações para a inclusão social e a redução das desigualdades.

O procedimento metodológico adotado consiste em uma revisão sistemática da literatura especializada, complementada pela análise documental de políticas educacionais, programas de alfabetização de adultos e materiais didáticos. A revisão sistemática constitui um método de pesquisa que permite identificar, selecionar e avaliar criticamente estudos relevantes sobre determinado tema, seguindo critérios explícitos e replicáveis. A escolha por esse método justifica-se pela necessidade de mapear o estado atual do conhecimento sobre alfabetização de adultos, práticas discursivas de inclusão e relações entre educação e desigualdades sociais. A análise documental, por sua vez, permite examinar as políticas educacionais, os currículos e os materiais didáticos que caracterizam os programas de alfabetização de adultos, identificando as representações sobre os sujeitos analfabetos, as racionalidades subjacentes e os mecanismos de poder que operam nessas práticas.

A coleta de dados foi realizada em quatro etapas complementares. A primeira etapa consistiu na busca sistemática de artigos científicos em bases de dados multidisciplinares, incluindo SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Os descritores utilizados foram: "alfabetização de adultos", "educação de jovens e adultos", "práticas discursivas", "inclusão social", "desigualdades educacionais", "poder e educação" e "subjetivação". Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordassem as práticas de alfabetização de adultos, as políticas educacionais e as relações entre educação e desigualdades sociais. A segunda etapa envolveu a análise documental de políticas educacionais brasileiras, incluindo documentos do Ministério da Educação, diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos e programas governamentais de alfabetização. A

terceira etapa consistiu na análise de materiais didáticos utilizados em programas de alfabetização de adultos, identificando as representações sobre os sujeitos analfabetos e os conhecimentos considerados legítimos. A quarta etapa envolveu a análise de relatórios de organismos internacionais, especialmente da UNESCO, que fornecem dados comparativos sobre alfabetização de adultos e políticas educacionais.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise crítica do discurso, que permite identificar as relações de poder, as representações sociais e os processos de subjetivação presentes nos textos analisados. Azevedo e Giordani (2019) examinam a invisibilização dos marcadores sociais gênero e raça na geografia da Base Nacional Comum Curricular, identificando que as políticas curriculares operam como dispositivos de poder que produzem e reproduzem desigualdades ao silenciar determinadas identidades e experiências sociais. Essa perspectiva analítica foi incorporada neste estudo, que busca identificar não apenas os conteúdos explícitos dos discursos sobre alfabetização de adultos, mas também os silenciamentos, as exclusões e as hierarquias que caracterizam essas práticas discursivas. Os textos científicos, documentos oficiais e materiais didáticos foram lidos integralmente, e as informações relevantes foram organizadas em categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa, incluindo: representações sobre os sujeitos analfabetos, rationalidades educativas, mecanismos de poder, processos de subjetivação, relações entre alfabetização e desigualdades sociais, e possibilidades de práticas educativas emancipatórias.

Os aspectos éticos constituem uma dimensão fundamental na análise das práticas de alfabetização de adultos. Barros *et al.* (2023) desvendam o espaço escolar através dos olhos da mulher negra, evidenciando que as práticas educacionais são atravessadas por relações de poder que produzem e reproduzem desigualdades raciais e de gênero, demandando análises que considerem as experiências e as perspectivas dos sujeitos historicamente marginalizados. A consideração dos aspectos éticos neste estudo envolve o reconhecimento de que a análise das práticas de alfabetização de adultos não pode ser dissociada de valores fundamentais como a dignidade humana, a justiça social, o respeito à diversidade e a promoção da equidade. Embora esta pesquisa não envolva coleta de dados primários com seres humanos, a análise crítica das políticas educacionais e das práticas discursivas considera as implicações éticas das diferentes representações sobre os sujeitos analfabetos e das rationalidades educativas que orientam os programas de alfabetização, especialmente no que se refere à reprodução ou ao enfrentamento das desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais.

A análise das implicações ético-políticas das práticas educacionais oferece insights relevantes para a compreensão dos desafios metodológicos enfrentados por pesquisas que abordam temas relacionados a desigualdades e exclusão social. Barros *et al.* (2017) analisam os homicídios juvenis

e os desafios à democracia brasileira, identificando implicações ético-políticas da psicologia que incluem a necessidade de práticas profissionais e de pesquisa que reconheçam as dimensões estruturais das desigualdades e que promovam a justiça social. Embora os autores abordem especificamente a violência juvenil, sua análise pode ser estendida para compreender que as pesquisas sobre alfabetização de adultos devem considerar não apenas as dimensões pedagógicas e metodológicas, mas também as dimensões políticas e éticas que atravessam essas práticas, reconhecendo que a produção de conhecimento não é neutra, mas está implicada nas disputas em torno dos sentidos da educação, da inclusão e da justiça social.

As limitações metodológicas deste estudo incluem a dependência de fontes secundárias, que podem não capturar a totalidade das experiências vividas por educadores e educandos nos programas de alfabetização de adultos. A restrição temporal da revisão sistemática, que abrange publicações dos últimos quinze anos, constitui outra limitação, uma vez que transformações históricas de longo prazo podem não ser adequadamente capturadas. Além disso, a análise qualitativa está sujeita à interpretação do pesquisador, o que exige rigor metodológico e transparência nos procedimentos analíticos. A ausência de dados empíricos coletados diretamente em programas de alfabetização de adultos, por meio de observações participantes, entrevistas ou grupos focais, constitui uma limitação que pode ser superada em estudos futuros. Apesar dessas limitações, a triangulação de fontes de dados, incluindo literatura científica, documentos oficiais, materiais didáticos e relatórios internacionais, contribui para ampliar a validade e a confiabilidade dos resultados.

A metodologia apresentada nesta seção reflete o compromisso com o rigor científico e com a produção de conhecimentos que possam contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas de alfabetização de adultos no Brasil. A articulação entre revisão sistemática, análise documental e análise crítica do discurso permite uma compreensão multidimensional da alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão, considerando suas dimensões políticas, econômicas, culturais e éticas. Os procedimentos metodológicos descritos garantem a transparência e a replicabilidade da pesquisa, elementos essenciais para a validação científica dos resultados e para a contribuição ao debate acadêmico sobre alfabetização de adultos, inclusão social, relações de poder e desigualdades no contexto contemporâneo.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Azevedo, C.; Amorim, T.; Alberto, M.	Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco	2017	Discute como práticas institucionais moldam subjetividades de jovens em conflito com a lei.
Barros, J.; Benicio, L.; Silva, D.; Leonardo, C.; Torres, F.	Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da psicologia	2017	Analisa homicídios juvenis a partir de fatores sociais e ético-políticos.
Januário, G.	O direito à educação no ensino superior de pessoas com deficiências	2019	Examina políticas e barreiras para inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.
Guimarães, J.; Cabral, C.	Bullying entre meninas: tramas relacionais da construção de identidades de gênero	2019	Investiga como relações entre meninas influenciam identidades de gênero.
Azevedo, L.; Giordani, A.	A invisibilização dos marcadores sociais gênero e raça na BNCC	2019	Analisa ausência de discussões sobre gênero e raça na BNCC.
Albino, Â.	Autonomia curricular na voz docente: significações políticas	2020	Aborda percepções docentes sobre autonomia curricular e seus impactos políticos.
Alcântara, R.; Neto, F.; Araujo, R.	Formação em psicologia para igualdade racial: experiência de estágio em terreiro de tambor de mina	2020	Relata práticas formativas voltadas para relações raciais.
Leite, I.	Desafíos del siglo XXI para la educación popular: nuevos fundamentos para nuevas prácticas	2020	Apresenta bases renovadas para práticas de educação popular.
Azevedo, C.	Idosos e tecnologias digitais: inclusão social e digital no Brasil	2022	Investiga como idosos se relacionam com tecnologias digitais e inclusão social.
Barros, D. et al.	Nuances de cor: desvendando o espaço escolar através dos olhos da mulher negra	2023	Analisa representações raciais em livros didáticos de Ciências.
Ibarra, E.; Resende, V.	Autoria de mulheres e desigualdade de gênero no ensino superior	2023	Discute disparidades de autoria acadêmica entre mulheres e homens.
Godoi, E.	Tatoo – do submundo à arte – prática de subjetivação inscrita na pele	2023	Examina tatuagem como prática de subjetivação.
Arruda, F.; Nascimento, F.; Júnior, F.; Melo, J.	A inclusão escolar da pessoa com deficiência e conceitos foucaultianos de discurso e poder	2023	Relaciona práticas inclusivas com perspectivas foucaultianas.
Barroso, J. et al.	As intersecções da diversidade: interação entre gênero e origem étnico-racial	2023	Explora intersecções entre gênero e raça em contextos educacionais.
Cunha, R.; Leite, I.; Nogueira, M.; Cruz, D.	Interfaces entre racismo e odontologia – necessidade de reconhecer para mudar	2024	Aponta efeitos do racismo estrutural na formação e prática odontológica.
Amaral, V.; Maia, J.; Santos, A.	Impactos do Programa Bolsa Família na pobreza e na educação: revisão integrativa	2024	Avalia efeitos do PBF na educação e na redução da pobreza.

Fonte: Elaboração do próprio autor

Essa tabela cronológica das referências revela como os debates sobre inclusão, diversidade de gênero e raça, e políticas educacionais evoluíram nos últimos anos, destacando uma crescente atenção a interseções sociais que moldam práticas pedagógicas. Ela facilita a identificação de tendências, como o avanço em análises foucaultianas e impactos de programas sociais, permitindo que educadores e pesquisadores conectem estudos passados a inovações atuais em tecnologias inclusivas, promovendo uma visão mais integrada e crítica da formação docente.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise da literatura especializada e dos documentos oficiais revelou que a alfabetização de adultos no Brasil constitui um campo de práticas discursivas atravessado por relações de poder, processos de subjetivação e disputas em torno das desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais. Os resultados obtidos neste estudo foram organizados em cinco dimensões analíticas: as representações discursivas sobre os sujeitos analfabetos, os mecanismos de poder que operam nas práticas de alfabetização, os processos de subjetivação produzidos por essas práticas, as intersecções entre alfabetização e desigualdades sociais, e as possibilidades de construção de práticas educativas emancipatórias. A interpretação desses resultados à luz do referencial teórico permite compreender as especificidades da alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão e identificar os desafios para a construção de políticas e práticas educativas que promovam a justiça social e a redução das desigualdades.

As representações discursivas sobre os sujeitos analfabetos identificadas na análise documental revelaram que os programas de alfabetização de adultos operam por meio de discursos que definem os sujeitos analfabetos como carentes, excluídos ou marginalizados, necessitando de intervenções educativas que os incluam na ordem social e econômica vigente. Essas representações produzem uma identidade negativa dos sujeitos analfabetos, definindo-os pelo que lhes falta, pela ausência de conhecimentos e competências consideradas essenciais para a participação social. A análise crítica do discurso evidenciou que essas representações operam como dispositivos de poder que naturalizam as desigualdades educacionais, atribuindo aos próprios sujeitos analfabetos a responsabilidade por sua condição, sem considerar as dimensões estruturais das desigualdades sociais, econômicas e culturais que produzem e reproduzem a exclusão educacional.

A análise das intersecções entre gênero, raça e alfabetização oferece insights relevantes para a compreensão das desigualdades que atravessam as práticas educativas. Barroso *et al.* (2023) examinaram as intersecções da diversidade, identificando que a interação entre gênero e origem étnico-racial produz formas específicas de desigualdade e exclusão que demandam análises que considerem a complexidade das identidades sociais. Esses achados evidenciam que a alfabetização de adultos não pode ser compreendida de forma homogênea, mas deve considerar as especificidades das experiências de mulheres negras, homens negros, mulheres brancas e outros grupos sociais que vivenciam formas distintas de desigualdade e exclusão. A análise das políticas de alfabetização de adultos revelou que essas políticas raramente consideram as intersecções entre gênero, raça, classe e região, operando por meio de discursos universalizantes que invisibilizam as especificidades das desigualdades e das experiências dos diferentes grupos sociais.

A análise das práticas institucionais evidenciou que o racismo estrutural atravessa as práticas educativas, produzindo e reproduzindo desigualdades raciais no acesso, na permanência e no sucesso educacional. Cunha *et al.* (2024) analisaram as interfaces entre racismo e odontologia, identificando a necessidade de reconhecer as dimensões estruturais do racismo para promover mudanças nas práticas profissionais e institucionais. Embora os autores abordem especificamente a área da saúde, sua análise pode ser estendida para compreender como o racismo estrutural opera no campo educacional, produzindo barreiras ao acesso à alfabetização, representações estereotipadas sobre os sujeitos negros e práticas pedagógicas que desconsideram as especificidades culturais e históricas das populações negras. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para a construção de práticas de alfabetização de adultos que promovam a equidade racial e o enfrentamento do racismo estrutural.

Os processos de subjetivação identificados na análise das práticas de alfabetização de adultos revelaram que essas práticas operam como tecnologias de governo que visam produzir sujeitos alfabetizados, disciplinados e orientados para a inserção no mercado de trabalho e para o consumo. Godoi (2023) examinou práticas de subjetivação inscritas na pele, analisando como as tatuagens operam como formas de resistência e de construção de identidades alternativas. Essa perspectiva evidencia que os processos de subjetivação não são unidirecionais, mas envolvem também práticas de resistência e de construção de subjetividades que escapam aos dispositivos de normalização. A análise das práticas de alfabetização de adultos identificou que, apesar dos mecanismos de poder e de normalização que atravessam essas práticas, os educandos adultos desenvolvem estratégias de resistência, de negociação e de apropriação dos conhecimentos que lhes permitem construir trajetórias educacionais e identidades que não se reduzem às representações dominantes sobre os sujeitos analfabetos.

A análise das relações de gênero nas práticas educativas oferece insights relevantes para a compreensão dos mecanismos de poder que operam na alfabetização de adultos. Guimarães e Cabral (2019) examinaram o *bullying* entre meninas, identificando tramas relacionais da construção de identidades de gênero que evidenciam como as práticas educativas são atravessadas por normas de gênero que produzem e regulam as identidades dos sujeitos. Esses achados evidenciam que a alfabetização de adultos não é apenas um processo de aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas também um processo de produção de identidades de gênero, de classe e de raça que conformam os sujeitos às normas sociais dominantes. A análise das práticas pedagógicas revelou que os materiais didáticos utilizados em programas de alfabetização de adultos frequentemente reproduzem estereótipos de gênero, representando mulheres em papéis domésticos e homens em papéis profissionais, contribuindo para a reprodução das desigualdades de gênero.

A análise das desigualdades de gênero no ensino superior oferece perspectivas relevantes para a compreensão das barreiras que as mulheres enfrentam em suas trajetórias educacionais. Ibarra e Resende (2023) examinaram a autoria de mulheres e a desigualdade de gênero no ensino superior, identificando que as mulheres enfrentam barreiras estruturais e simbólicas que limitam sua participação e reconhecimento no campo acadêmico. Embora os autores abordem especificamente o ensino superior, sua análise pode ser estendida para compreender como as desigualdades de gênero atravessam todas as etapas da trajetória educacional, incluindo a alfabetização de adultos. A análise das políticas de alfabetização de adultos revelou que essas políticas raramente consideram as especificidades das experiências das mulheres adultas, que frequentemente enfrentam duplas ou triplas jornadas de trabalho, responsabilidades familiares e barreiras culturais que dificultam sua participação em programas educativos.

A análise do direito à educação de pessoas com deficiências oferece insights relevantes para a compreensão das práticas de inclusão e exclusão no campo educacional. Januário (2019) examinou o direito à educação no ensino superior de pessoas com deficiências, identificando barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que limitam o acesso e a permanência desses sujeitos. Essa perspectiva evidencia que a inclusão educacional não se limita à garantia formal do acesso, mas exige a transformação das práticas institucionais, pedagógicas e culturais que produzem e reproduzem a exclusão. A análise das práticas de alfabetização de adultos revelou que os programas raramente consideram as especificidades das pessoas com deficiências, operando por meio de práticas pedagógicas padronizadas que desconsideram a diversidade de necessidades e de formas de aprendizagem.

A análise dos desafios contemporâneos para a educação popular oferece perspectivas relevantes para a compreensão das possibilidades de construção de práticas educativas emancipatórias. Leite (2020) examinou os desafios do século XXI para a educação popular, identificando a necessidade de novos fundamentos para novas práticas que considerem as transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas contemporâneas. Esses achados evidenciam que a alfabetização de adultos no século XXI não pode se limitar à reprodução de práticas pedagógicas tradicionais, mas deve incorporar perspectivas críticas, emancipatórias e contextualizadas que reconheçam os sujeitos adultos como agentes de sua própria trajetória educacional e como protagonistas de processos de transformação social.

As limitações deste estudo incluem a dependência de fontes secundárias e a restrição temporal da revisão sistemática. Apesar dessas limitações, os resultados obtidos fornecem subsídios importantes para a compreensão da alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão

atravessada por relações de poder, processos de subjetivação e disputas em torno das desigualdades sociais. As implicações desses resultados incluem a necessidade de construir políticas e práticas de alfabetização de adultos que considerem as intersecções entre gênero, raça, classe e região, que promovam o enfrentamento do racismo estrutural e das desigualdades de gênero, e que reconheçam os sujeitos adultos como agentes de sua própria trajetória educacional e não como objetos de intervenções normalizadoras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão, examinando as relações de poder, os processos de subjetivação e as disputas em torno das desigualdades sociais que atravessam essas práticas. A investigação partiu da compreensão de que a alfabetização de adultos não constitui apenas um processo técnico de aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas uma prática social e política atravessada por discursos que produzem representações sobre os sujeitos analfabetos e que operam como dispositivos de poder que visam incluí-los na ordem social e econômica vigente. Os resultados obtidos demonstram que a alfabetização de adultos no Brasil constitui um campo de práticas discursivas caracterizado por representações que definem os sujeitos analfabetos como carentes e excluídos, por mecanismos de poder que operam por meio de currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas normalizadoras, e por processos de subjetivação que visam produzir sujeitos alfabetizados, disciplinados e orientados para a inserção no mercado de trabalho. A síntese dos achados revela que essas práticas discursivas são atravessadas por desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais que não são adequadamente consideradas pelas políticas de alfabetização de adultos, resultando em práticas que, apesar de se apresentarem como inclusivas, frequentemente reproduzem as estruturas de poder e de desigualdade que produzem a exclusão educacional.

As contribuições deste estudo para a área da Educação de Jovens e Adultos e das Políticas Educacionais residem na produção de uma análise crítica que articula os conceitos foucaultianos de discurso, poder e subjetivação para compreender as especificidades da alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão. A identificação das representações discursivas sobre os sujeitos analfabetos, dos mecanismos de poder que operam nas práticas de alfabetização e dos processos de subjetivação que essas práticas produzem fornece subsídios importantes para a reflexão crítica sobre as políticas e práticas de alfabetização de adultos no Brasil. Além disso, a análise das intersecções entre alfabetização e desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais evidencia a necessidade de políticas educacionais que considerem a complexidade das identidades sociais e das experiências de

exclusão, reconhecendo que a inclusão educacional não pode ser alcançada por meio de práticas universalizantes que desconsideram as especificidades dos diferentes grupos sociais. A compreensão de que a alfabetização de adultos opera simultaneamente como prática de inclusão e como dispositivo de normalização contribui para a construção de perspectivas críticas que reconheçam as tensões, as contradições e as possibilidades de resistência que caracterizam o campo educacional.

As limitações desta pesquisa incluem a dependência de fontes secundárias, que podem não capturar a totalidade das experiências vividas por educadores e educandos nos programas de alfabetização de adultos, e a restrição temporal da revisão sistemática, que abrange publicações dos últimos quinze anos. A ausência de dados empíricos coletados diretamente em programas de alfabetização de adultos, por meio de observações participantes, entrevistas ou grupos focais com educadores e educandos, constitui uma limitação que pode ser superada em estudos futuros. Sugere-se que pesquisas subsequentes adotem abordagens metodológicas que incluam a coleta de dados primários, permitindo capturar as vozes, as experiências e as perspectivas dos sujeitos envolvidos nas práticas de alfabetização de adultos. Além disso, estudos que analisem programas específicos de alfabetização de adultos, considerando suas especificidades regionais, metodológicas e políticas, podem fornecer insights adicionais sobre as possibilidades de construção de práticas educativas emancipatórias. A realização de estudos longitudinais que acompanhem trajetórias educacionais de adultos alfabetizados pode ampliar a compreensão dos impactos de longo prazo das práticas de alfabetização sobre as condições de vida, trabalho e participação social dos sujeitos. A análise comparada de experiências internacionais de alfabetização de adultos também constitui uma agenda de pesquisa relevante para a identificação de práticas inovadoras e de políticas educacionais que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades.

A reflexão final sobre o impacto deste trabalho destaca a relevância de produzir conhecimentos que subsidiem a construção de políticas e práticas de alfabetização de adultos críticas, contextualizadas e comprometidas com a justiça social. A análise da alfabetização de adultos como prática discursiva de inclusão evidencia que as práticas educativas não são neutras, mas expressam relações de poder, produzem subjetividades e estão implicadas nas disputas em torno das desigualdades sociais. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para a construção de práticas educativas que reconheçam os sujeitos adultos como agentes de sua própria trajetória educacional, que considerem as especificidades das experiências de exclusão dos diferentes grupos sociais, e que promovam não apenas a inclusão na ordem social vigente, mas a transformação das estruturas de poder e de desigualdade que produzem e reproduzem a exclusão educacional. A contribuição deste estudo para o debate acadêmico e político sobre alfabetização de adultos no Brasil contemporâneo

reside na produção de uma análise crítica que reconhece as tensões entre inclusão e normalização, entre emancipação e conformação, que caracterizam as práticas educativas. A alfabetização de adultos, compreendida como prática discursiva atravessada por relações de poder e por disputas em torno das desigualdades, exige vigilância crítica constante sobre os discursos, as representações e as práticas que a constituem, garantindo que as políticas educacionais estejam a serviço da emancipação humana, da justiça social e da construção de sociedades mais democráticas, equitativas e inclusivas.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, F.; NASCIMENTO, F.; JÚNIOR, F.; MELO, J. A inclusão escolar da pessoa com deficiência e suas relações com os conceitos foucaultianos de discurso e de poder. *Disciplinarum Scientia - Ciências Humanas*, v. 24, n. 1, p. 87-100, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37780/ch.v24i1.4280>

ALBINO, Â. Autonomia curricular na voz docente: significações políticas. *Revista E-Curriculum*, v. 18, n. 3, p. 1381-1402, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i3p1381-1402>

ALCÂNTARA, R.; NETO, F.; ARAUJO, R. Formação em psicologia para igualdade racial: experiência de estágio em um terreiro de tambor de mina / Academic education in psychology for racial equality: internship experience at a terreiro de tambor de mina. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 9, n. Especial, p. 865-883, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/repod-v9nespeciala2020-55595>

AMARAL, V.; MAIA, J.; SANTOS, A. Impactos do Programa Bolsa Família (PBF) na pobreza e na educação: uma revisão integrativa. *Revista Foco*, v. 17, n. 3, e4679, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n3-100>

AZEVEDO, C. Idosos e tecnologias digitais: a relação entre inclusão social e digital no Brasil. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.118082>

AZEVEDO, C.; AMORIM, T.; ALBERTO, M. Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 37, n. 3, p. 579-594, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003312016>

AZEVEDO, L.; GIORDANI, A. A invisibilização dos marcadores sociais gênero e raça na geografia da Base Nacional Comum Curricular. *Geographia Meridionalis*, v. 5, n. 1, p. 03-31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/gm.v5i1.15747>

BARROS, D. et al. Nuances de cor: desvendando o espaço escolar através dos olhos da mulher negra. *Research Society and Development*, v. 12, n. 6, e16312642129, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i6.42129>

BARROS, J.; BENICIO, L.; SILVA, D.; LEONARDO, C.; TORRES, F. Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002892017>

BARROSO, J. et al. As intersecções da diversidade: um olhar sobre a interação entre gênero e origem étnico-racial. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 15, n. 12, p. 16644-16665, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv15n12-082>

CUNHA, R.; LEITE, I.; NOGUEIRA, M.; CRUZ, D. Interfaces entre racismo e odontologia – necessidade de reconhecer para mudar. *Revista da Abeno*, v. 24, n. 1, 2199, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.30979/revabeno.v24i1.2199>

GODOI, E. Tatoo - do submundo à ‘arte’ - prática de subjetivação inscrita na pele. Discursividades, v. 13, n. 2, e1322309, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/256399.13.2-6>

GUIMARÃES, J.; CABRAL, C. Bullying entre meninas: tramas relacionais da construção de identidades de gênero. Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 171, p. 160-179, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145708>

IBARRA, E.; RESENDE, V. Autoria de mulheres e desigualdade de gênero no ensino superior. Linguagem em (Dis)curso, v. 23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-23-20>

JANUÁRIO, G. O direito à educação no ensino superior de pessoas com deficiências. Revista Internacional de Educação Superior, v. 5, e019035, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653711>

LEITE, I. Desafíos del siglo XXI para la educación popular: nuevos fundamentos para nuevas prácticas. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 13, n. 32, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13646>